

O PROBLEMA É A REPÚBLICA: OS LIVROS RE- JEITADOS DOS CONCURSOS DE LITERATURA CO- LONIAL (1928- 1929)

THE PROBLEM IS THE REPUBLIC: THE REJECTED BOOKS FROM THE COLONIAL LITE- RATURE COMPETI- TIONS (1928-1929)

Helder Thiago Maia¹

¹ Doutor em Literatura pela Universidade Federal Fluminense (2018). É Investigador no Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo - USP. É editor das revistas *Periódicus* (UFBA) e *Via Atlântica* (USP) e desenvolve o projeto *Fissuras na colonialidade de gênero: representações de gênero, afeto e sexualidade pré-coloniais no alvorecer do Império colonial português*, com financiamento da FCT.

Resumo: Organizados entre 1926 e 1974, os Concursos de Literatura Colonial (portuguesa) visavam construir uma biblioteca colonial que fosse capaz de servir como propaganda colonial e de despertar na juventude o gosto pelas causas coloniais. Neste artigo, analisamos duas obras que se inscreveram nos concursos entre 1928 e 1929, mas que foram desclassificadas por “não servirem como propaganda colonial”. Estamos interessados em entender as motivações para a desclassificação das obras, mas também buscamos inferir como as populações nativas se organizavam em torno de marcadores de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Literatura Colonial. Concursos de Literatura Colonial. Obras Desclassificadas. Gênero. Sexualidade.

Abstract: Organized between 1926 and 1974, the Colonial Literature Competitions aimed to build a colonial library that would be able to serve as colonial propaganda and to awaken in young people a taste for colonial causes. In this article, we analyze five books that entered the competitions between 1926 and 1933 but were disqualified for “not serving as colonial propaganda”. We are interested in understanding the motivations for the declassification of the books, but we also seek to infer how native populations were organized around gender and sexuality.

Keywords: Colonial Literature. Colonial Literature Competitions. Declassified Books. Gender. Sexuality.

Ngana Hongolo kiambote, Kiua Hongolo!
(Tradição oral bantu)

Ainda que a literatura colonial portuguesa seja um arquivo relativamente esquecido e submerso, o seu imaginário ainda permanece vivo e insepulto, uma vez que a colonialidade, especialmente a de gênero, permanece como uma construção literária do presente. Analisar a literatura colonial, portanto, como também sugere Francisco Noa (2002, p. 33), pode fornecer perspectivas importantes não só para a compreensão do passado e do presente, mas também para reorganizarmos e inventarmos o futuro.

Neste artigo, examinamos duas obras de literatura colonial

portuguesa de temática africana que foram produzidas durante a fase “republicana” dos Concursos de Literatura Colonial: *D'aquem & D'alem-mar: chronicas de viagem (1923-1924)*, publicado em 1928, de Veva de Lima, que participou do terceiro concurso, e *Em terra de Pretos: crónicas d'Angola*, publicado em 1929, de Henrique Galvão, que participou do quarto concurso.

Organizados inicialmente a partir da Portaria n. 4.565, de 12 de janeiro de 1926, os referidos certames visavam “intensificar por todos os meios a propaganda das nossas colônias e da obra colonial portuguesa”, e entendiam que a literatura, especialmente o romance, “constitui um excelente meio de propaganda, muito contribuindo para despertar, sobretudo na mocidade, o gosto pelas coisas coloniais” (BGC, 1926/7, p. 169).

De forma geral, a partir de Salvato Trigo (1987) e Manuel Ferreira (1989), podemos dizer que a “literatura colonial pretende ser, fundamentalmente, um hino de louvor à civilização colonizadora, à metrópole” (Trigo, 1987, p. 145), sendo “a expressão de uma prática e de um pensamento que assentam no pressuposto da superioridade cultural e civilizacional do colonizador” (Ferreira, 1989, p. 250). Assim sendo, as suas principais características, como aponta Inocência Mata (2014, p. 64-65), seriam: a subalternização das populações africanas, o heroísmo do colono, a construção do espaço como *locus horrendus*, a apologia da colonização como missão civilizadora e o desejo em despertar na juventude portuguesa o gosto pelas causas coloniais.

A partir dessas constatações, analisamos duas obras que se inscreveram nos Concursos de Literatura Colonial, no período entre 1928 e 1929, mas que foram rejeitadas pelo certame sob a alegação de que não serviriam como propaganda

colonial. Estamos interessados em investigar não só como esses autores constroem as relações entre colonizadores portugueses e populações africanas, em diálogo com as constatações de Trigo (1987), Ferreira (1989) e Mata (2014), mas também quais seriam as motivações específicas para a exclusão dessas obras do referido certame.

Interessa-nos também observar como gêneros e sexualidades dissidentes da colonialidade de gênero portuguesa são narrados, uma vez que tais marcadores sociais, construídos a partir de um viés racial, formaram parte das estratégias de desumanização e subalternização das populações africanas. Afinal, como argumenta Oyèrónké Oyěwùmí (2021, p. 186), “O processo colonial foi diferenciado por sexo, na medida em que os colonizadores eram machos e usaram a identidade de gênero para determinar a política”.

Não servem como propaganda colonial: a viagem e o degredo

Apesar do “sôpro de patriotismo que anima todo o livro”, de ter despertado o interesse do júri por se tratar das observações de uma mulher sobre a vida colonial e de ser reconhecida como obra de uma artista de “requintado espírito”, *D'aquem & D'alem-mar* foi desclassificada do Terceiro Concurso de Literatura Colonial, “apenas por êsse motivo”, por causa das contundentes críticas às “instituições vigentes” (BGC, 1928/38, p. 139-140). Ainda que não aponte a natureza dessas críticas, a ata sutilmente desqualifica a autora e a obra ao sugerir que Veva de Lima produziu uma leitura distorcida da colonização portuguesa, dado que, por ser uma senhora de elevada posição na sociedade, viajou sempre de forma extremamente confortável e privilegiada, mesmo quando

esteve no interior das selvas moçambicanas, e por isso pouco sentiu as agruras da vida colonial (BGC, 1928/38, p. 140).

Se as críticas à obra de Veva de Lima são sutis e, como veremos, justas, no ano seguinte, no Quarto Concurso de Literatura Colonial, *Em terra de Pretos*, de Henrique Galvão, recebeu as mais violentas e explícitas críticas entre as obras rejeitadas pelos certames de literatura colonial da fase republicana. Armando Cortesão, então diretor da Agência Geral das Colônias e dos Concursos de Literatura Colonial, acusa o autor de ter ares de superioridade, de mascarar a sua ignorância em uma pseudocultura e de ser um “basbaque” que cai “de cócoras diante de tudo o que é estrangeiro” enquanto deprecia “tudo que é nacional” (BGC, 1930/55, p. 163). De forma semelhante, a obra é percebida como um insulto, uma difamação, à colonização portuguesa, que maldiz a tudo e a todos, além de contar “histórias absurdas”, como a de um funcionário público português que “matava os pretos e lhes comia depois os corações guizados” ou de um tenente português que, “para aliviar o sofrimento dum preto ferido”, coloca o homem dentro de uma palhota e em seguida põe fogo em ambos (BGC, 1930/55, p. 162).

Ainda que seja justa a afirmação de que a obra causaria vergonha em ser português (BGC, 1930/55, p. 162), devido à barbárie e à violência do regime colonial, é absolutamente injusta a afirmação de que aquilo que é narrado são histórias absurdas ou impossíveis, ao contrário, o texto é absolutamente crível e verossímil, e dialoga com a violência do colonialismo português relatada em outras obras da literatura colonial do mesmo período, como *Cartas da Zambézia* (1920), de Gavicho de Lacerda, que relata “guerras de extermínio” contra populações

nativas africanas, cujas cidades e pessoas eram queimadas, e o próprio relato de Veva de Lima (1928), que descreve torturas nas prisões de Moçambique.

Apesar de descartadas por questões políticas e por não servirem como propaganda colonial, as duas obras tiveram trechos, habilmente selecionados, publicados no *Boletim da Agência Geral das Colónias*. O livro *D'aquem & D'alem-mar*, cujas páginas eram “cheias de vida” e “colorido” (BGC, 1928/38, p. 139), teve um longo trecho publicado, em setembro de 1928, no número 39, enquanto *Em terra de Pretos*, que tinha “páginas interessantes, por vezes bem observadas e bem escritas” (BGC, 1930/55, p. 163), teve um capítulo publicado, em julho de 1930, no número 60.

Não obstante, enquanto *D'aquem & D'alem-mar* é o único livro de Veva de Lima submetido aos Concursos de Literatura Colonial, Henrique Galvão enviou sete obras entre 1929 e 1937, sendo três desclassificadas e quatro premiadas, o que coloca o autor tanto entre os maiores vencedores do certame quanto entre os que mais tiveram obras sumariamente excluídas, ainda que somente *Em terra de Pretos* tenha sido desclassificada por não servir como propaganda colonial.

D'aquem & D'alem-mar

A obra de Veva de Lima, apesar de pouco estudada pela crítica literária, não está completamente esquecida, seja pela existência do museu Casa Veva de Lima², na cidade de Lisboa, o qual promove a autora e sua obra, seja através de estudos recentes, especialmente os trabalhos de João Manuel Neves

² Sobre o museu Casa Veva de Lima, ver <<https://www.rtp.pt/programa/tv/p42776/e10>>. Acesso em 30 ago. 2023.

(2016) e Francisco Noa (2002). No entanto, de acordo com Neves (2016, p. 33-34), *D'aquem & D'alem-mar* seria um “relato bastante medíocre de viagem”, “um dos melhores exemplos do cinismo do discurso africanista português”, “um excelente exemplo da presunção aristocrática da burguesia portuguesa”.

Composto por vinte e dois capítulos, o livro é o relato de uma viagem, que durou dois meses, por diversas cidades africanas durante o ano de 1923. Através da obra, acompanhamos desde a partida de Veva, no Cais dos Soldados, em Lisboa, às rápidas passagens por Las Palmas, Cidade do Cabo, Joanesburgo, Lourenço Marques, Nampula, Dar es Salaam, Tanga, Zanzibar e Mombaça, até o retorno à capital portuguesa. Este périplo, realizado junto a um “criado preto trazido de Lisboa” (LIMA, 1928, p. 147), que nunca é nomeado e aparece apenas uma vez no livro, é feito sempre nas melhores condições possíveis, uma vez que a autora viaja na primeira classe, se hospeda nos melhores hotéis, além de ser recebida pelas autoridades locais na condição de esposa do presidente da Companhia de Moçambique³, o que lhe permite conhecer e frequentar a elite colonial das várias cidades que visita. Ademais, quando faltam navios, trens ou carros, viaja de machila (LIMA, 1928, p. 161) ou em carros “puxados por pretos” (Lima, 1928, p. 282).

Antes de serem reunidos em livro, os textos foram publicados em jornais, especialmente no *Correio da Manhã* durante o ano de 1924, tendo gerado certa polêmica pública,

³ A Companhia de Moçambique, que funcionou entre 1891 e 1942, era uma empresa privada que, em substituição ao governo português, tinha a responsabilidade de explorar e colonizar uma parte de Moçambique. Para isto, em troca de dividendos, o governo cedia à empresa o monopólio do comércio, das jazidas minerais, da cobrança de impostos, da construção e exploração de estradas, etc. (Sampaio, 2014).

além de insultos pessoais à autora (LIMA, 1928, p. 4-5)⁴. Logo, em diálogo com as críticas já recebidas, mas também antevendo novas receções, Veva não só afirma que o livro tem uma linguagem pobre, feia e sem brilho (Lima, 1928, p. 6), que pode aborrecer ao leitor (Lima, 1928, p. 12), mas também diz que se trata de um livro modesto, sem eloquência (Lima, 1928, p. 6), que é fruto do trabalho de uma publicista, e não de uma escritora (Lima, 1928, p. 4-5).

A obra, no entanto, como podemos ver na Imagem 1, começa com uma fotografia bastante desafiadora, uma vez que Veva se apresenta aos leitores, antes de qualquer texto escrito, vestindo roupas que são entendidas, tanto entre as populações africanas (Lima, 1928, p. 155) quanto entre os portugueses (Lima, 1928, p. 160), como masculinas. Ademais, carrega uma arma no ombro e parece pronta para exercer uma atividade que também é percebida, naquele contexto, como exclusivamente masculina, a caçada de animais⁵. Colaboram com essa imagem visual, o fato da autora se construir narrativamente como uma viajante solitária, ainda que saibamos que viaja acompanhada tanto por um criado quanto pela sombra do marido.

4 No final do livro, a autora reproduz um compilado das críticas e ameaças que recebeu à época da publicação dos textos em jornais.

5 Durante a caçada, ao ver a morte de um animal, a autora chora e sente remorsos, e logo conclui não só que a caçada é uma “estupidez”, mas também que não foi aos “sertões d’África para matar” e sim para contemplar os animais vivos (LIMA, 1928, p. 191-195). A descrição que faz da morte de um animal é comovente, no entanto, Veva, contrariando o texto escrito, publica uma foto da caçada onde pisa em um animal morto.



Imagem 1 – Veva de Lima vestida para uma caçada de animais.

Ainda que possamos entender essa *mise-en-scène* como uma provocação feminista, é preciso deixar claro que não há na obra sororidade nem com as mulheres inglesas, que são desqualificadas por dançarem de forma “desenvolta e ruidosa” (Lima, 1928, p. 97), nem com as mulheres africanas, que são repetidamente animalizadas e descritas como “fedorentas” (Lima, 1928, p. 155) e “repulsivas” (Lima, 1928, p. 167). Tal perspectiva mostra que a identidade nacional e o projeto colonial português estão acima de qualquer discurso feminista que a autora pensa promover. Ademais, Veva (1928, p. 98) faz questão de afirmar que algumas hierarquias precisam ser mantidas e que “uma mulher não póde ser menos, não póde ser mais do que o homem – porque contraria a Igualdade”.

Se a defesa da igualdade feminina, como podemos ver,

não é capaz de produzir solidariedade com outras mulheres que não sejam portuguesas, seu lugar como burguesa com presunções aristocráticas, aliada à ideia de que todo o continente africano é fruto da história portuguesa (Lima, 1928, p. 13), produz uma série de microviolências da autora contra as populações nativas assimiladas, especialmente com aqueles que a servem em hotéis e carros de aluguel, além da percepção de que todos os estrangeiros, sejam eles europeus ou norte-americanos, são usurpadores do “direito histórico” de Portugal sobre África.

De forma geral, podemos dizer que as relações entre os colonizadores portugueses e as populações nativas africanas se constroem a partir da desumanização e da subalternização das populações africanas, que são narradas ora como crianças grandes, ora como selvagens diabólicos; da defesa da superioridade racial, cultural e civilizacional portuguesa a partir de uma recuperação das “glórias” quinhentistas; da ideia de pátria desmantelada e do governo republicano incompetente; de europeus e norte-americanos entendidos como usurpadores; e do espaço africano como promessa de ouro. Em diálogo com Trigo (1987), Ferreira (1989) e Mata (2014), podemos dizer que, contrariando algumas características da literatura colonial, a obra de Veva não só questiona o heroísmo do colonizador português das primeiras décadas do século XX, como também não constrói o espaço africano como *locus horrendus*, mas como uma promessa de enriquecimento fácil.

Sobre as populações africanas, a autora ora os narra como crianças grandes e infantis que precisariam ser educados e civilizados (Lima, 1928, p. 75-76), ora os descreve como monstros (Lima, 1928, p. 162), satânicos (Lima, 1928, p. 170), perigosos (Lima, 1928, p. 181) e antropofágicos (Lima, 1928, p. 163).

Ademais, compara-os a cães (Lima, 1928, p. 155) e diz que as mulheres são “repulsivas” (Lima, 1928, p. 167) e “fedorentas” (Lima, 1928, p. 155). Estes discursos também se projetam sobre a civilização e a cultura africana, conseqüentemente não só teriam uma civilização infantil, mas também seriam culturalmente bárbaros e selvagens (Lima, 1928, p. 158-162). Como podemos ver, a partir de um viés racista e darwinista, Veva desumaniza, animaliza e subalterniza a civilização, a cultura e os povos africanos, o que serve obviamente para justificar a existência da colonização portuguesa.

Convicta da (suposta) superioridade racial, cultural e civilizacional de Portugal, mas percebendo também o imprevisto, a precariedade e a violência da colonização portuguesa, cujas causas seriam em sua perspectiva o regime republicano (Lima, 1928, p. 243-244) e a (suposta) democracia (Lima, 1928, p. 75), a autora, deixando entrever suas convicções monarquistas, recupera o mito do heroico conquistador quinhentista tanto para contrapor-lo à decadência, à degeneração e à descivilização dos colonizadores portugueses das primeiras décadas do século XX (Lima, 1928, p. 243-244) quanto para reafirmar a necessidade e o direito histórico da colonização portuguesa. Tal estratégia permite que Veva questione o colonialismo republicano sem nunca colocar em dúvida a própria colonização. Nesse sentido, a precariedade, o imprevisto e a violência seriam problemas pontuais que poderiam ser resolvidos com uma reaproximação dos portugueses às leis de Deus e da Igreja (Lima, 1928, p. 211-212) e com o fim do regime republicano, o qual teria dado início a esta “marcha fúnebre” (Lima, 1928, p. 243-244).

Assim sendo, Veva descreve as “glórias” quinhentistas (Lima, 1928, p. 7), com seus “imortais” e “geniais” (Lima, 1928, p.

33) “barões assignalados” (Lima, 1928, p. 281), que bravamente venceram o mar e teriam conquistado todo o continente africano (Lima, 1928, p. 35), como também afirma que a sua viagem foi fundamentalmente um reencontro com os históricos “heróis” portugueses (Lima, 1928, p. 48), com a “glória histórica” de Portugal (Lima, 1928, p. 70) e com a própria portugalidade (Lima, 1928, p. 310-311). A viagem e o reencontro com a “grandiosidade” de Portugal (Lima, 1928, p. 306), cujos rastros se espalhariam e permaneceriam por todo o continente africano como “pegadas inolvidáveis” dos “Cavaleiros de Christo” (Lima, 1928, p. 307), inclusive nos territórios que não são mais ocupados por portugueses (Lima, 1928, p. 307), seriam capazes de reconstruir o “presente” e de pôr fim à decadência cultural e civilizacional portuguesa causada pela república. Nesse sentido, assim como a autora, os portugueses deveriam olhar para a “grandeza” do seu passado (monárquico e cristão) para reconstruir o presente.

Ao descrever a nação portuguesa, Veva afirma que há uma escuridão que anoitece a pátria (Lima, 1928, p. 109) e que provoca o caos nacional (Lima, 1928, p. 119). Portugal seria assim uma “pátria desmantelada” (Lima, 1928, p. 103), uma “mãe doente” (Lima, 1928, p. 121), cujos altares às glórias quinhentistas estariam arruinados (Lima, 1928, p. 103). De acordo com a autora, a África portuguesa estava não só abandonada e órfão (Lima, 1928, p. 105), mas também ameaçada, curvada e vassala aos interesses ingleses (Lima, 1928, p. 113). Consequentemente, enquanto as colónias inglesas prosperavam, as portuguesas estavam decadentes (Lima, 1928, p. 114). Ademais, com certa dose de cinismo, afirma que as colónias sentem saudades de Portugal (Lima, 1928, p. 119). As causas de todo este estado, como já descrevemos, seriam o afastamento das leis de Deus e

da Igreja e a aposta do governo na ciência (Lima, 1928, p. 211-212), além do próprio regime republicano que, com seu método “deseducador” (Lima, 1928, p. 244), teria “descivilizado” Portugal (Lima, 1928, p. 247). Por fim, sem desenvolver o tema, mas apontando para uma perspectiva eugenista sobre a mestiçagem, afirma que a cafreização é parte das causas da degenerescência portuguesa (Lima, 1928, p. 304).

No que se refere à presença de outros povos colonizadores em África, sejam eles europeus ou norte-americanos, a partir das ideias de uma superioridade cultural e civilizacional portuguesa também em relação às outras nações colonizadoras e de um suposto direito histórico de Portugal sobre África, a autora narra-os como “usurpadores” (Lima, 1928, p. 120) e “piratas” (Lima, 1928, p. 83), que desejam tomar as colônias portuguesas. Nesse sentido, aponta especialmente para o desejo norte-americano de ocupar Angola, por conta do petróleo encontrado na região (Lima, 1928, p. 78-80). Apesar de perceber que os outros povos colonizadores são mais produtivos e que chegam mais bem preparados a África (Lima, 1928, p. 95), Veva (1928, p. 256) insiste que os problemas portugueses são provisórios e podem ser facilmente saneados. De modo semelhante, ao presenciar “conspirações” independentistas tanto na África do Sul quanto na Índia, considera esses movimentos como uma traição (Lima, 1928, p. 120), uma ingratidão dos povos colonizados contra a pátria mãe (Lima, 1928, p. 290).

Sobre o espaço africano, como já dissemos, não há descrições deste como *locus horrendus*. Apesar do tom de mistério e de fantasmagoria com que muitas vezes descreve a natureza, a imagem que anima todo o livro é a de África como uma promessa de ouro, onde os felinos deambulavam como se

estivessem protegendo as grandes jazidas (Lima, 1928, p. 17). África seria assim uma incomensurável potência de recursos e reservas naturais que deveria ser explorada pelos portugueses (Lima, 1928, p. 15). O mito oitocentista do ouro africano ressurge na obra sem vacilações e tudo que reluz se torna uma promessa de ouro. Nesse sentido, o brilho do mar é entendido ora como “milhões de pepitas” (Lima, 1928, p. 24), ora como “lantejoulas” de ouro (Lima, 1928, p. 46), enquanto as luzes de qualquer cidade avistada do navio são percebidas como “pepitas” (Lima, 1928, p. 256) e “centelhas” de ouro (Lima, 1928, p. 293).

Isto posto, podemos dizer que o principal motivo para a desclassificação do livro do Terceiro Concurso de Literatura Colonial diz respeito aos repetidos ataques que Veva faz à república, à (suposta) democracia e ao imprevisto e à precariedade do projeto colonial republicano. Como argumenta a autora, o colonialismo republicano seria um “rascunho lutulento destinado a ser posto entre parenthesis nas paginas honradas da História de Portugal” (Lima, 1928, p. 6). No entanto, a obra não é, como já dissemos, contra a ocupação e a colonização dos países africanos, ao contrário, a autora é contra qualquer forma de independência, seja das colônias inglesas, seja das portuguesas. Além disso, a rejeição ao livro também diz respeito a um extenso capítulo, intitulado “Moçambique (Accuso!...)”, onde há denúncias de tortura na fortaleza de São Sebastião em Moçambique.

Apesar das acusações sobre a violência do colonialismo português, Veva toma bastante cuidado para não fragilizar Portugal diante de outras potências coloniais, especialmente no que se refere à escravidão. Por isto, insistentemente afirma que não há escravidão nas colônias portuguesas, ao mesmo tempo em que sugere que denúncias deste tipo não passam de acusações

infames realizadas por países que agem como abutres (Lima, 1928, p. 235). Nesse sentido, os casos de tortura que denuncia, apesar de parecerem generalizados, não passariam, segundo a autora, de acontecimentos isolados, que precisavam ser corrigidos não só por conta da pressão internacional, mas principalmente porque degradavam e inferiorizavam a colonização portuguesa (Lima, 1928, p. 235-236).

Recuperando Neves (2016, p. 34), diríamos que é mesmo necessário alguma dose de cinismo para não perceber as evidentes contradições desse discurso. Veva diz que são casos isolados, mas narra o uso generalizado de torturas e outros castigos físicos na fortaleza de São Sebastião (Lima, 1928, p. 235-236). Da mesma forma, afirma que não há escravidão, mas aponta não só para a existência de torturas e castigos físicos, como também explica que o principal motivo para a prisão de africanos diz respeito à não submissão destes ao trabalho forçado (Lima, 1928, p. 235). Além disso, afirma que os casos de tortura recaem tanto sobre as populações africanas quanto sobre os brancos degredados, no entanto, todos os casos que narra dizem respeito unicamente a prisioneiros africanos (Lima, 1928, p. 238).

Por fim, não há descrições sobre o sistema de sexo-gênero das populações africanas, assim como não há descrições sobre questões relacionadas à sexualidade. Isto certamente se dá porque Veva, como já vimos, frequenta apenas as elites financeiras e militares das cidades que visita, mas também porque percebe as populações nativas a partir de um viés subalternizante e animalizado. Os breves contatos que faz com as populações assimiladas são com os funcionários de hotéis e carros de aluguel, enquanto a única convivência que tem com as populações nativas não-assimiladas ocorre quando viaja

para uma caçada de animais. Esses contatos, no entanto, estão sempre mediados e narrados a partir da suposta superioridade racial, cultural e civilizacional portuguesa, mas também pela sua identidade de classe. As raríssimas descrições das populações africanas não individualizam os sujeitos, conseqüentemente são narrados unicamente como uma “massa negra” (Lima, 1928, p. 130). De acordo com Veva (1928, p. 232), os “pretos” eram todos iguais, e por isso seria difícil não só diferenciá-los, mas também compreender as suas feições.

Apesar disso, é possível inferir algo sobre o sistema de sexo-gênero das populações nativas quando a autora se apresenta na caçada com trajes masculinos. Se entendermos como verdadeiro o relato de Veva, podemos dizer que as populações nativas “compreendem” a sua “transitividade” de gênero e a tratam unicamente como um homem (Lima, 1928, p. 155). No entanto, este comportamento pode significar ou que as populações não perceberam esta “transitividade” de gênero ou que a perceberam e a compreenderam como uma possibilidade que não desqualificaria o sujeito, ao contrário do que acontecia nas sociedades ocidentais, ou que a perceberam e a aceitaram porque se tratava de um corpo que representava a violência do sistema colonial. Em nossa perspectiva, e em diálogo com outras pesquisas (Oyěwùmí, 2021; Maia, 2023), podemos imaginar que talvez as fronteiras entre homens e mulheres fossem mais fluidas entre as populações africanas não assimiladas. Ademais, ao relatar a viagem de machila pelas selvas moçambicanas, a autora sutilmente sugere também que os homens africanos são potenciais violadores de mulheres brancas (Lima, 1928, p. 163-164)

Em terra de pretos

Apesar de pouco estudada pela crítica literária, a vida e a obra de Henrique Galvão não foram esquecidas por outros campos do saber, visto que há um conjunto significativo de investigações, especialmente de historiadores, que buscam analisar tanto a vida política quanto a obra literária do autor. Nesse sentido, encontramos desde obras mais comerciais, como *Henrique Galvão ou a dissidência de um cadete de 28 de maio* (2005), de Eugénio Montoito, *O inimigo no. 1 de Salazar* (2010), de Pedro Jorge de Castro, e *Henrique Galvão: um herói português* (2011), de Francisco Teixeira da Mota, às recentes investigações de Paulo Zilhão (2006), Luis Peres (2009), Alberto Oliveira Pinto (2010) e André Vargas (2013).

Em terra de Pretos, como explica Oliveira Pinto (2010) e Vargas (2013), foi escrito quando o autor esteve em Angola pela primeira vez, entre dezembro de 1927 e maio de 1928, na condição de exilado político, em decorrência da sua participação na tentativa de golpe que ficou conhecido como Golpe/Revolta dos Fifis. Galvão, no entanto, não só esteve em Angola em outras oportunidades e em melhores condições, como chefe de Gabinete do Alto-Comissário, governador de Huila e deputado por Angola na Assembleia Nacional, como também foi preso e exilado outras vezes por conta de suas atividades políticas. Contudo, apesar das suas diferenças políticas tanto com o regime republicano quanto com a ditadura militar e o Estado Novo, Galvão, como aponta Vargas (2013, p. 4-5), sempre foi contra qualquer projeto de independência das colónias portuguesas.

A amizade com Salazar, e sua consequente ascensão ao poder, favoreceu a atuação do autor, durante as décadas

de 30 e 40, em vários campos da propaganda colonial, como a organização da Exposição Colonial do Porto e do I Congresso Nacional de Antropologia Criminal, ambos em 1934, a edição e/ou colaboração em jornais e revistas como *O Imparcial*, *Portugal Colonial* e *Mundo Português*, além da publicação de muitas obras de literatura colonial. Bem visto e bastante prestigiado, Galvão teria manobrado, de acordo com Neves (2016, p. 308-309), para que Armando Cortesão, autor das duras críticas a *Em terra de Pretos* (BGC, 1930/55, p. 158-163), fosse afastado da direção da Agência Geral das Colónias e dos Concursos de Literatura Colonial, o que efetivamente ocorreu em 1932.

No entanto, como explica Vargas (2013, p. 4-5), o cenário mudou drasticamente com as primeiras críticas do autor a Salazar no final da década de 40 e o conseqüente rompimento com o regime em 1951, o que o levou não só à prisão pela PIDE em 1952, sob a acusação de conspiração contra o Estado, mas também a ações políticas mais radicais, como os sequestros do paquete português Santa Maria e de um avião de passageiros da TAP, ambos em 1961. Tendo morrido no exílio brasileiro em 1970, como um dos grandes inimigos do regime salazarista.

Escrito a partir de diversos pontos do território angolano, como Moçâmedes, Lubango, Benguela, Cabinda, Mapunda, Mulondo, Capelongo, Huíla, Luanda e Forte Roçadas, *Em terra de Pretos* é um conjunto de quinze crônicas que podem ser divididas em três grandes blocos temáticos: o périplo da viagem, enquanto degredado político, de Lisboa para Angola; as histórias que viveu ou presenciou em Angola, como o encontro com um soba monarquista ou a visita do Alto-Comissário António Vicente Ferreira; e as histórias das quais apenas ouviu falar, como os

textos sobre as mulheres bóeres ou do branco que odiava mulheres brancas.

Narrando-se ora como um “deportado político” (Galvão, 1929, p. 7), ora como um “turista por conta do Estado” (Galvão, 1929, p. 24), Galvão (1929, p. 7-9) afirma que a obra não é uma vingança com pretensões de ajuste de contas, devido ao seu exílio forçado, nem possui “revelações escandalosas”, ao contrário, o livro teria apenas “crônicas despretensiosas”, tal qual um turista que envia para os amigos “impressões de viagem” e “Bilhetes postais ilustrados”. Apesar dessa suposta despretensão, podemos dizer que todas as crônicas estão atravessadas não só por uma insistente crítica ao imprevisto e à precariedade da colonização portuguesa da segunda metade da década de 20, mas também pela luta contra o mito da inospitalidade africana.

De forma geral, podemos dizer que as relações entre colonizadores portugueses e as populações africanas se constroem a partir da afirmação da inferioridade racial, civilizacional e cultural africana, que são narrados ora como selvagens, ora como crianças grandes; da afirmação da superioridade racial, civilizacional e cultural portuguesa, apesar de afirmar que a maior parte dos colonos é composta por sujeitos que falharam na metrópole; da precariedade e do imprevisto do governo colonial, cujos governantes colocam os seus interesses pessoais a frente dos interesses do país; do espaço africano como rico em ouro e propício à colonização; da presença de outros povos europeus colonizadores como melhores civilizadores; e da apologia da colonização como missão civilizadora, apesar de apontar para o fracasso português.

Assim, em diálogo com Trigo (1987), Ferreira (1989)

e Mata (2014), podemos dizer que embora repita os tópicos da subalternização racial, cultural e civilizacional africana, da superioridade racial, cultural e civilizacional portuguesa e da apologia da colonização como missão civilizadora, ainda que se refira apenas à colonização inglesa e alemã, a obra de Galvão antes constrói a imagem do português como um falhado do que como um herói, assim como também faz duras críticas ao governo colonial português, não constrói o espaço africano como *locus horrendus* e certamente não desperta, entre os portugueses, o gosto pelas causas coloniais.

Sobre as populações africanas, assim como os outros autores aqui analisados, Galvão procura justificar a necessidade da colonização portuguesa a partir da afirmação de uma suposta inferioridade racial, cultural e civilizacional africana. Assim, ora os descreve como bárbaros (Galvão, 1929, p. 176) e selvagens (Galvão, 1929, p. 152), ora os compara a gorilas e outros macacos (Galvão, 1929, p. 121, 172), ora os narra como crianças grandes (Galvão, 1929, p. 143) amorais (Galvão, 1929, p. 175), taradas (Galvão, 1929, p. 64) e fetichistas (Galvão, 1929, p. 157). Tais perspectivas se projetam não só sobre a cultura e a civilização africana, mas também sobre os indígenas brasileiros (Galvão, 1929, p. 171), o que serve também para justificar a (extinta) colonização portuguesa no Brasil.

A partir dessa epistemologia racista, construída pelo darwinismo social, Galvão desqualifica tudo aquilo que poderia desestabilizar a rígida hierarquia de raças e culturas produzida pela obra. Consequentemente, as “contradições” trazidas pelo próprio texto, ainda que sirvam para mostrar o imprevisto, a precariedade e a violência da colonização portuguesa, não

servem para problematizar a suposta inferioridade africana. Tal situação pode ser percebida quando o autor narra, por exemplo, a entrevista que realizou com um soba monarquista e cabindense, o senhor Barro. Apesar do soba descrever tanto a violência e a barbárie da colonização quanto a duvidosa moral portuguesa, e apesar do autor reconhecer a civilidade do soba (Galvão, 1929, p. 94), estes apontamentos, narrados em tom exótico e paternalista, são incapazes de abalar as certezas do autor, mesmo quando o deixam sem resposta.

Galvão, por várias vezes, também estabelece uma diferença entre o homem e a mulher africana. De acordo com o autor, enquanto a mulher trabalha sem descanso, o homem se embriaga e dorme (Galvão, 1929, p. 68). No entanto, essa leitura sobre a divisão social do trabalho nas sociedades africanas, ainda que possa ser entendida como uma denúncia das condições de trabalho da mulher, serve, antes de tudo, para reforçar a suposta indolência do homem africano (Galvão, 1929, p. 23). Ademais, repetidamente a mulher africana é narrada como “fedorenta” (Galvão, 1929, p. 23), enquanto o homem é descrito como um potencial violador sexual de mulheres brancas (Galvão, 1929, p. 111-118).

Ainda sobre as populações africanas, outras três questões parecem preocupar o autor: a mestiçagem ou a cafreização do homem branco, a possibilidade ou não de assimilação das populações africanas e o tratamento “adequado” que os colonizadores portugueses deveriam dar às populações nativas.

Sobre a mestiçagem ou a cafreização do homem branco, Galvão não só procura elaborar o mito do não racismo português ao sugerir que entre os portugueses “os preceitos de raça e de

cor, não tem grande peso”, o que os faz, diante da ausência de mulheres brancas, superar a “repugnância” que sentem pelas mulheres negras (Galvão, 1929, p. 174-175), mas também alerta para o perigo da cafrealização branca (Galvão, 1929, p. 178), uma vez que entende a mestiçagem como uma regressão cultural e civilizacional (Galvão, 1929, p. 159).

O ódio racista e a misoginia com o qual o autor narra as mulheres africanas se aprofunda quando as descreve, a partir da mestiçagem, como um perigo à identidade do homem português. Consequentemente, apesar de dizer que possuem corpos esculturais, “verdadeiras reproduções do genio grego”, argumenta que a ausência de mulheres brancas e o (suposto) não racismo português fazem com que os homens portugueses superem “a hediondez do rosto, a boca repugnante e o cheio insuportável” da mulher negra (Galvão, 1929, p. 175) e vivam “amores negros, sempre fáceis, sempre puramente animais” (Galvão, 1929, p. 78).

No que se refere à possibilidade de assimilação ou não das populações nativas, referendando a argumentação de um padre francês, defende que não é possível assimilá-los, ao contrário, o máximo que se consegue é contê-los dentro de uma moral ou de uma civilização elementar (Galvão, 1929, p. 157). Pretendendo confirmar tal “tese”, narra o caso de um indígena brasileiro que foi criado desde os três anos por portugueses, e que se tornou um médico importante, mas que depois voltou a viver com o seu povo (Galvão, 1929, p. 173). Como argumenta Galvão (1929, p. 173), há “forças ancestrais inexoráveis”, que impossibilitariam a assimilação.

Quanto a forma “adequada” com que os portugueses deveriam tratar as populações nativas, apesar de reconhecer

que as soluções para este grande “problema colonial” em geral são cruéis e que é raro o “humanitarismo” (Galvão, 1929, p. 63-64), afirma que tanto a crueldade quanto o humanitarismo seriam soluções extremas, e que deve prevalecer o “bom senso” do colonizador (Galvão, 1929, p. 73). Tal argumentação, apesar de parecer condenar a violência colonial, mantém as populações nativas reféns da decisão individual de cada colono, afinal, de acordo com o autor, nem o humanitarismo nem o código penal deveriam interferir nesses casos (Galvão, 1929, p. 64).

Sobre os colonizadores portugueses, apesar de não duvidar de sua suposta superioridade racial, civilizacional e cultural, e apesar de reconhecer o suposto heroísmo de alguns colonizadores, especialmente daqueles que resistem à “improvisação dos governantes” (Galvão, 1929, p. 102), de forma geral, Galvão descreve o colonizador português como um egoísta alcoólatra, que vem para as colônias apenas para enriquecer rapidamente e logo retornar, sem qualquer interesse em se fixar ou colonizar (Galvão, 1929, p. 43), e por isso vivem nas colônias sem higiene e sem grandes preocupações morais, além de beber excessivamente (Galvão, 1929, p. 45-47). De acordo com o autor, o que mata os portugueses em Angola “não é o clima” (Galvão, 1929, p. 45), mas “os seus erros, as suas questões, as suas desonestidades”, cujas principais causas seriam as mulheres, especialmente as brancas, e a “abundancia de cerveja” (Galvão, 1929, p. 77).

Apesar de várias vezes se queixar da ausência de mulheres portuguesas em Angola, Galvão (1929, p. 79) alega que aquelas que vêm às colônias, assim como os homens, são, em sua maioria, as que “falharam inteiramente a sua vida na Metropole!”. Se as críticas aos homens portugueses são “duras”,

às mulheres acrescenta-se, como podemos ver no excerto a seguir, sarcasmo e misoginia. Assim, as colônias em geral, e Angola em específico, seriam “o Paraíso das deserdadas do amor – Angola é todo o futuro das europeias sem futuro”, o paraíso das mulheres quarentonas que foram “vencidas na luta da concorrência” pelo casamento (Galvão, 1929, p. 76-77).

Quarentona da minha terra, que arrastas dolorosamente os desesperos acumulados na tua mocidade sem amor; menina de quarenta e nove anos, a quem nunca apareceu o homem que povoava os teus sonhos – nem outro qualquer; solteirona de pele apergaminhada e sorriso gasto, que passaste a vida por detrás dos vidros da sua janela, à espera do estudante ingênuo que havias de enfeitiçar; tia de sobrinhos adultos, que resequiste a invejar a colocação de tua irmã; mulheres obesas, estrabicas, escolioticas, de quem os olhos dos homens se afastam; almas tristes, que fostes cair em corpos desengraçados, com pernas tortas, ventres flácidos, seios achatados, peles escamosas ou dentes mal semeados – todas vós, emfim, que sois a falange numerosíssima das desencantadas, das tristes, das deserdadas do amor – se nas vossas almas resta uma luzita de esperança, se nas cinzas dos vossos ideais ha ainda uma lembrança de calor, se na frieza mortal dos vossos desesperos se conserva ainda uma vibração de revolta, se na vida dos vossos nervos cintila ainda uma fagulha de desejo, façam as vossas malas e venham quanto antes a Angola, escolher o marido que vos faltou, o amante que não vos apareceu, ou o editor a quem passastes desapercibidas (Galvão, 1929, p. 76-77).

No que se refere ao governo colonial, Galvão (1929, p. 97) não só afirma que o principal problema de Angola é a administração colonial, cujos governantes estão mais preocupados com os seus anseios individuais do que com os interesses do

país, como também faz uma ampla defesa das missões religiosas em contraposição às missões laicas organizadas pelo governo português. Como argumenta o autor, “Uma missão laica, n’um paiz de forças morais desorganizadas como o nosso, está, sob o ponto de vista da eficiencia, tao longe d’uma missão religiosa, como o «Diario do Governo» o está da Biblia” (Galvão, 1929, p. 150). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que aposta no projeto colonial das missões religiosas, as quais representariam a “expressão máxima do humanitarismo” (Galvão, 1929, p. 152), assevera também que o único resultado das missões laicas civilizadoras seria “umas centenas de mulatos a aumentar a população de Angola!” (Galvão, 1929, p. 148).

As críticas do autor não poupam nem a Agência Geral das Colônias nem o *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Em um ataque explícito aos dois órgãos de propaganda colonial, e conseqüentemente também ao seu diretor, Armando Cortesão, Galvão (1929, p. 192) argumenta que os trabalhos de convencer os portugueses sobre a necessidade da migração para as colônias africanas, de despertar o gosto pelas causas coloniais, de desfazer o mito da inospitalidade africana e de desestimular a migração para o Brasil não seriam nem do governo, nem da Agência Geral das Colônias, nem do seu boletim, mas exclusivamente dos padres e das missões religiosas. Como podemos ver a seguir, mais uma vez o autor aposta nas missões religiosas como solução para os problemas da colonização portuguesa.

Simplemente, não é com a literatura empolada e facil dos jornais, exaltando n’uma coluna a hospitalidade brasileira e incitando a nacionalisar um espírito de aproximação, que é humilhante e não nos convem, tal como tem sido posto – e vertendo, n’outra coluna,

lagrimas alarmantes, por cada pacote que se faz ao Brasil; não é com a impertinência dos mangas de aplaca da Agencia Geral das Colonias, nem com o seu boletim, não é com os considerandos das portarias, nem com as promessas dos governantes, que estas mentiras se desvanecem, no animo desolado dos emigrantes.

Esta tarefa não pertence a burocratas – pertencia a missionarios (Galvão, 1929, p. 192).

Certamente o ataque frontal e explícito aos órgãos de propaganda colonial portuguesa, ademais do conteúdo, explicam a desclassificação sumária e as duras críticas recebidas pela obra no Quarto Concurso de Literatura Colonial. No entanto, apesar das críticas ao governo colonial e aos colonos portugueses, e de entender que ambos “galopam para trás” (Galvão, 1929, p. 107), em nenhum momento o autor questiona a ideia da superioridade racial, cultural e civilizacional portuguesa. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se aproxima de Veva de Lima (1928) ao sugerir uma reaproximação com a Igreja como uma possível solução para os problemas coloniais, distancia-se da autora ao afirmar que as saídas para os problemas da colonização portuguesa não serão encontradas nem nos “sebastianismos fáceis”, nem no “passadismo doentio dos nossos festeiros patrióticos” (Galvão, 1929, p. 105).

Sobre o espaço africano, o principal interesse do autor, como também constata Oliveira Pinto (2010, p. 126), parece ser não só desmontar a lenda de África “como um papão, uma terra maldita, inóspita, para onde os degredados vão expiar crimes e os *falhados* vão estoirar de febres” (Galvão, 1929, p. 39), mas também reforçar o mito do ouro, onde “ha abundancias d’oiro a pender das ramadas” (Galvão, 1929, p. 30). Como argumenta o

autor, a África poderia assumir o lugar que outrora foi do Brasil e se tornar o “cofre forte” de Portugal (Galvão, 1929, p. 39).

Apesar de também afirmar que há climas agressivos e perigosos ao homem branco, como Dembos, Quanza Sul e Cubango, aponta também que há vastas regiões “em que as doçuras do clima nada devem ao que de mais suave se encontra em Portugal”, como os planaltos da Huila, Benguela e Bihé, “que sob o ponto de vista climatérico, podem considerar-se superiores a uma grande parte das provincias portuguezas” (Galvão, 1929, p. 41-42). Assim, como já apontamos, de acordo com o autor, o que arruína a saúde do europeu “são os vícios do próprio europeu” (Galvão, 1929, p. 43) e “não uma consequência do clima” (Galvão, 1929, p. 195).

Quanto à presença de outros povos europeus colonizadores, ao contrário dos livros de Granger (1926), Lima (1928) e Pires de Lima (1933), em que estes são descritos como inimigos da colonização portuguesa, Galvão narra-os unicamente de forma elogiosa. Assim, enquanto os portugueses pensam apenas em enriquecer e rapidamente retornar, vivendo vidas “desregradadas”, os ingleses e alemães, ainda que não se fixem nas colónias, não só enriquecem como também “civilizam”, o que faz com que sejam bem vistos ao retornarem, ao contrário dos portugueses que parecem se envergonhar de terem vivido e enriquecido nas colónias (Galvão, 1929, p. 21-22). Ademais, afirma que a prosperidade dos outros povos colonizadores se deve ao fato de terem governos que estimulam a colonização, ao contrário dos portugueses, cujo governo, improvisado e excessivamente burocrático, apenas explora e irrita aqueles que vão para as colónias (Galvão, 1929, p. 107). Nesse sentido, podemos dizer que

ao mesmo tempo em que aponta para o fracasso da colonização portuguesa, o autor produz um hino de louvor em relação à colonização desses outros países europeus. Esta perspectiva certamente não serviria para despertar entre os portugueses o gosto pelas causas coloniais, afinal aqueles que desejam emigrar não só encontrarão dificuldades produzidas pelo próprio governo, como também serão mal recebidos ao retornarem para a metrópole.

Assim como estabelece diferenças entre homens e mulheres africanas e entre homens e mulheres portuguesas, Galvão também vai descrever as mulheres desses outros espaços europeus, especialmente as mulheres bóeres. No entanto, ao contrário do racismo e da misoginia dirigida às mulheres africanas e da misoginia em relação às mulheres portuguesas, as bóeres são narradas como heroínas não só por virem para as colônias, mas especialmente por serem capazes de rejeitar e matar homens negros quando estes (supostamente) tentam violentá-las (Galvão, 1929, p. 114). Como vimos anteriormente, o autor constrói o homem negro não só como indolente, mas também como um potencial violador sexual de mulheres brancas. Esta descrição, que não encontra lastro nas outras obras analisadas neste artigo, exceto na obra de Veva de Lima (1928), serve não só para desumanizá-lo, mas principalmente para justificar a violência da colonização portuguesa.

Sobre a forma com que as populações africanas se organizavam em torno de gênero e sexualidade, é importante destacar que na obra esses tópicos servem não só para subalternizar e desumanizar as populações nativas, mas também para justificar a própria colonização. Como já vimos, a desigual

divisão social do trabalho, por exemplo, não é necessariamente uma denúncia a favor da mulher africana, mas ao contrário serve como uma forma desumanizar o homem africano. As diferenças em relação à norma colonial portuguesa de gênero e sexualidade são narradas, portanto, como indícios de uma suposta barbárie, selvageria ou incivilidade angolana.

Se entendermos como verdadeiras as informações de Galvão, podemos facilmente perceber que havia normas que regulavam os gêneros e as sexualidades, especialmente o corpo da mulher africana, como também ocorre na norma colonial de gênero. No entanto, essas relações nunca incluíam violência física nem sobre as crianças nem sobre a mulher infiel, como ainda ocorre no Ocidente.

Apesar de todo o racismo e a misoginia que faz parte da obra, há alguns apontamentos produzidos pelo autor que podem nos fornecer pistas sobre possíveis normas de gênero e sexualidade entre as populações nativas. Nesse sentido, podemos destacar: a poligamia masculina, a valorização da virgindade feminina no primeiro casamento, a resolução da infidelidade feminina através de pagamento pecuniário e a maternagem exclusivamente da mulher e de sua família.

Sobre os casamentos polígamos, Galvão (1929, p. 120) descreve unicamente a poligamia masculina, a qual inclui o pagamento de alembamento à família da esposa e também conferia prestígio social ao homem. No entanto, esclarece que cabe à mulher mais velha e ao marido a decisão sobre as novas esposas, que eram escolhidas tanto pela capacidade reprodutiva quanto pela capacidade de trabalho (Galvão, 1929, p. 122). Acrescenta também que não havia problemas entre as esposas, desde que o

marido “se distribuisse equitativamente, sem preferencias nem abandonos” (Galvão, 1929, p. 123).

No que se refere à virgindade feminina, ainda que não pareça ser obrigatória, é desejada no primeiro casamento, devendo inclusive ser provada publicamente através de panos manchados de sangue (Galvão, 1929, p. 129). Galvão (1929, p. 132) também aponta que a infidelidade feminina pode ser resolvida ou com o pagamento de uma indenização ao marido ou através da restituição do alembamento. De forma semelhante à norma colonial, a mulher é entendida como uma propriedade do marido, no entanto, enquanto entre os portugueses a infidelidade se resolvia através da faca, entre as populações nativas a infidelidade se resolvia através de pagamento pecuniário (Galvão, 1929, p. 132).

Quanto a maternagem das crianças geradas no casamento, através do testemunho do soba Barro e também de Galvão, sabemos que o casal não tem relações sexuais enquanto a mulher amamenta (Galvão, 1929, p. 94), que na educação dos filhos não se bate nas crianças (Galvão, 1929, p. 94) e que as mães eram extremamente amorosas e carinhosas (Galvão, 1929, p. 128). No entanto, o cuidado, a autoridade e a tutela dos filhos seria uma atividade exclusiva da mulher e da sua família e não do homem ou da família dele, uma vez que o homem nunca teria certeza sobre a fidelidade da mulher e sobre quem seria realmente o pai da criança (Galvão, 1929, p. 128).

Isto posto, podemos dizer que os principais motivos para a desclassificação do livro do Quarto Concurso de Literatura Colonial dizem respeito aos ataques ao governo colonial português, aos elogios aos governos coloniais ingleses e alemães e aos ataques

aos colonizadores portugueses que são descritos como falhados. Além disso, é preciso destacar também os ataques explícitos aos órgãos de propaganda colonial, o que nos permite imaginar que a inscrição da obra no certame de Literatura Colonial não passou de uma grande provocação do autor a Armando Cortesão, diretor não só dos Concursos de Literatura Colonial, mas também da Agência Geral das Colónias e do *Boletim da Agência Geral das Colónias*.

Considerações finais: o problema é a República e não a Colonização

A partir da análise das obras selecionadas e de sua escassa fortuna crítica, podemos dizer que os textos e os autores de literatura colonial constituem um *corpus* que é propositalmente negligenciado pela crítica e pela historiografia literária portuguesa. No entanto, muitos desses livros, domesticados em suas leituras, são recuperados por outros campos do saber, especialmente pela história e pelo jornalismo. Certamente o silêncio imposto pela crítica e pela historiografia literária se deve à parca literariedade das obras e ao uso de gêneros textuais pouco canônicos ou não literários, mas também ao desejo de fazer calar a violência do colonialismo português.

Em seu conjunto, as obras analisadas neste artigo são um retrato não só da precariedade e do imprevisto da colonização portuguesa, mas também da sua violência. Assim, fazer esses textos falarem, assim como repensá-los dentro da tradição literária portuguesa, certamente produziria fissuras em mitos fundadores da identidade nacional portuguesa, como os mitos do não racismo ou da não violência do colonialismo português. Por outro lado, fazê-los falar é uma oportunidade de reorganizar o

futuro sem perder de vista as violências e as colonialidades que ainda permanecem na sociedade portuguesa.

Como pudemos ver, entre as obras analisadas, as narrativas se passam entre as décadas de dez e vinte do século XX, e privilegiam os espaços angolano (Galvão, 1929) e moçambicano (Lima, 1928), ainda que apareçam também descrições de colônias inglesas e alemãs. Desse modo, os textos podem ser tomados como representativos do colonialismo português em Angola e Moçambique durante os períodos republicano e da ditadura militar.

Sobre o espaço narrativo, contrariando Trigo (1987), Ferreira (1989) e Mata (2014), as duas obras apostam na retomada do mito quinhentista do ouro africano. No entanto, apesar de não estarem alinhadas às características da literatura colonial, esta escolha narrativa não causa a desclassificação das obras e nem afeta o lugar destas no *corpus* da literatura colonial.

Não é demais repetir que as obras analisadas não questionam a ocupação e a colonização dos territórios africanos e nem pretendem ser uma defesa da independência desses povos, muito pelo contrário. Como já dissemos, as críticas têm o objetivo de aperfeiçoar a tal “missão civilizadora” portuguesa e não a extinguir. No entanto, enquanto a precariedade e o imprevisto da colonização portuguesa são duramente criticados, a violência contra as populações nativas quase sempre é justificada ou tolerada como parte do processo de assimilação.

Nesse sentido, as duas obras produzem e reforçam a ideia de uma inferioridade racial, cultural e civilizacional africana, descrevendo as populações nativas e suas culturas ora como bárbaros e selvagens, ora como crianças grandes. Assim, podemos dizer que a subalternização e a desumanização africana,

construídas a partir do darwinismo social e do higienismo finissecular, são o grande mote utilizado pelos autores para justificar a necessidade da colonização.

No outro espectro, apesar de não questionarem o mito da superioridade racial, cultural e civilizacional portuguesa, as duas obras desestabilizam o lugar de heroicidade dos colonizadores portugueses. Nesse sentido, enquanto Galvão (1929) os descreve como falhados, Lima (1928) produz uma distinção entre os heroicos portugueses quinhentistas e os descivilizados portugueses das primeiras décadas do século XX. Podemos dizer, no entanto, que, enquanto as críticas aos colonizadores portugueses são sempre por questões circunstanciais e provisórias, as críticas aos povos e as civilizações africanas são descritas sempre como inatas.

Entre as obras analisadas destacamos também a forma como outros povos colonizadores europeus são narrados. De forma geral, prevalece o reconhecimento de quem chegam aos territórios africanos mais bem preparados, no entanto, prevalece também o entendimento de que estes povos são usurpadores de um suposto direito histórico português sobre África, como podemos ver em Lima (1928). Esta percepção obviamente reflete as tensões em torno da posse dos territórios africanos, e remetem à Conferência de Berlim (1884-1885), ao *ultimatum inglês* (1891) e aos conflitos da Primeira guerra mundial (1914-1918).

Na contramão de Lima (1928), que constrói as outras nações colonizadoras europeias como inimigas, temos as crônicas de Galvão (1929), que tece repetidos elogios a colonização alemã e inglesa. Esta escolha narrativa, como vimos, é parte das razões para a desclassificação da obra do certame de literatura colonial. Nesse sentido, a propaganda colonial portuguesa republicana, em um momento de acirramento das tensões diplomáticas, não

apostava em elogios às outras colonizações em detrimento do colonialismo português.

No entanto, podemos dizer que o principal motivo para a desclassificação das obras dos Concursos de Literatura Colonial diz respeito às extensas e insistentes críticas à precariedade e ao improviso do governo e da colonização portuguesa republicana. No entanto, é preciso destacar os ataques das crônicas de Galvão (1929) à Agência Geral das Colônias é uma causa que concorre para a desclassificação da obra.

Por fim, sobre questões de gênero e sexualidade, destacamos a utilização desses tópicos como forma de desumanizar as populações africanas, o que também servia para justificar a própria colonização. Nesse sentido, a mulher negra é o alvo preferencial do ódio racista e da misoginia dos textos, sendo recorrentemente descrita como repugnante e fedorenta. No entanto, é preciso apontar também para a elaboração do mito do homem negro não só como indolente, mas também como um potencial violador sexual de mulheres brancas, o que aparece de forma sutil na obra de Lima (1928) e de forma explícita na obra de Galvão (1929).

Apesar disso, podemos apontar algumas normas de gênero e sexualidade entre as populações nativas, como uma possível maior fluidez de gênero, a poligamia masculina, a valorização da virgindade da mulher que casa pela primeira vez, a maternagem que é feita exclusivamente pela mulher e sua família e o pagamento pecuniário ou a devolução do alembamento como forma de solucionar casos de infidelidade feminina.

Referências

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLONIAS. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/BGC.aspx>>. Acesso em 4 de outubro 2023.

FERREIRA, Manuel. Uma perspectiva do romance colonial vs. literaturas africanas. In: *O discurso no percurso africano: contribuição para uma estética africana*. Lisboa: Editora Plátano, 1989, p. 231-259.

GALVÃO, Henrique. *Em terra de Pretos: crônicas d'Angola*. Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1929.

LACERDA, Francisco Gavicho de. *Cartas da Zambézia: o que é a nossa administração colonial e o que ela devia ser*. Lisboa: Ilustração Portuguesa, 1920.

LIMA, Veva de. *D'Aquem & D'Alem-Mar: chronicas de viagem (1923-1924)*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1928.

MAIA, Helder Thiago. *A trilogia zambeziana de Gavicho de Lacerda: o alvorecer da literatura colonial portuguesa*. No prelo, 2023.

MATA, Inocência. Literaturas em português: encruzilhadas atlânticas. *Via Atlântica*, v. 1, n. 25, p. 59-82, 2014.

NEVES, João Manuel. *Soi-même comme un sujet impérial. Littérature coloniale des années 1920: le cas du Mozambique*. Tese (Literatura). Université Sorbonne Nouvelle, 2016.

NOA, Francisco. *Império, Mito e Miopia: Moçambique como invenção literária*. Alfragide: Editorial Caminho, 2002.

OLIVEIRA PINTO, Alberto. *Representações coloniais: história e literatura. Angola, os angolanos e suas culturas (1924-1939)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Lisboa, 2010.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PERES, Luis. *Henrique Galvão, 1895-1970: aspects of a euro-african crusade*. Dissertação (Mestrado em História). University of South Africa, 2009.

PIRES DE LIMA, Américo. *Na Costa d'África: memórias de um médico expedicionário*. Lisboa: Patria Gaia, 1933.

SAMPAIO, Thiago. Portugal em África: As Companhias de Concessão Majestática em Moçambique em Finais de Oitocentos. *História e-História*, v. 1, 2014.

TORGAL, Luís; PAULO, Heloísa. *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.

TRIGO, Salvato. *Literatura colonial— Literaturas africanas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 139-157.

VARGAS, André. *Por uma doutrina colonial: o “império português de Henrique Galvão”(1927-1932)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, 2013.

ZILHÃO, Paulo. *Henrique Galvão: prática política e literatura colonial*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 2006.